

Boletim CODEFAT

Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador

ANO 1 - Nº 3

Informativo da Secretaria Executiva do CODEFAT

O CODEFAT, em reunião do dia 18.09.96, deliberou sobre os seguintes assuntos:

1. Aprovou a proposta do BNDES, relativa aos critérios e normas de financiamento e acompanhamento da aplicação de recursos destinados ao crédito produtivo popular na área urbana, de que trata o parágrafo 1º do art. 1º da Resolução 109, de 01 de junho de 1996, que dispõe sobre a alocação de recursos do FAT, de até R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), excedentes da reserva mínima de liquidez em depósitos especiais.

Serão beneficiários desse Programa as pessoas físicas que buscam o auto-emprego, empreendedores do setor informal, cooperativas, bem como microprodutores formais.
<http://portalfat.mte.gov.br/wp-content/uploads/2016/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-124-de-14-de-outubro-de-1996.pdf>

2. Aprovou a proposta de Resolução que autoriza a destinação de até R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) dos recursos alocados em depósitos especiais no Banco do Brasil S/A (PROGER-RURAL), ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF.
<http://portalfat.mte.gov.br/wp-content/uploads/2016/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-121-de-18-de-setembro-de-1996.pdf>

3. Aprovou a proposta de Resolução que estabelece critérios para transferência de recursos para execução de ações integradas do Programa do Seguro-Desemprego, no âmbito do Sistema Nacional de Emprego - SINE, para o exercício de 1997.

Essa Resolução aprovou reajuste no valor das tarifas pagas aos Estados para a execução das ações de Intermediação de Mão-de-Obra, Seguro-Desemprego e Geração de Informações sobre o Mercado de Trabalho.

Foi estabelecida uma tarifa para a realização de visitas de acompanhamento aos empreendimentos financiados no âmbito do PROGER-Urbano.

<http://portalfat.mte.gov.br/wp-content/uploads/2016/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-122-de-18-de-setembro-de-1996.pdf>

4. Aprovou a proposta de Resolução que disciplina o pagamento do Abono Salarial do exercício 1996/1997 e a entrega da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS.
<http://portalfat.mte.gov.br/wp-content/uploads/2016/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-123-de-18-de-setembro-de-1996.pdf>

5. Aprovou a contratação, pela Secretaria de Desenvolvimento e Formação Profissional - SEFOR, da Fundação Roquette Pinto, para implantação do Projeto TVT - TV Trabalho. Tal proposta visa criar, através de rede interativa, uma nova alternativa para implementação do Plano Nacional de Educação Profissional, com a meta de atingir, no prazo de 4 anos, um total de 15 milhões de trabalhadores/ano.

6. Prorrogou o prazo do reconhecimento provisório das Comissões Estaduais de Emprego dos Estados do AC, AM, GO, PB, PE, RO, RS, SE e TO, até a próxima reunião do Conselho. Durante esse período deverá ser equacionada a questão da representatividade dos membros das Comissões Estaduais nesses Estados, levantada pelos representantes da Bancada dos Trabalhadores no CODEFAT.